

Petição nº 6/2016. Dar entrada, numerar e trazer a despacho.

5 - 04 - 2016

**Pelo fim dos despejos de famílias em situação de carência económica, sem estarem salvaguardadas as alternativas dignas e adequadas
Por mais habitação a preços sociais em Lisboa**

Petição à Assembleia Municipal de Lisboa

Ao contrário do que o Plano Local de Habitação propunha, Lisboa continua a perder população: *“No quadro relativo à dinâmica populacional em 2014, integrante da informação personalizada anual que o INE entrega a todos os municípios do país, percebe-se que a situação de Lisboa é particularmente negativa. Os 509.312 residentes do município, em 2014, são um claro decréscimo face 547.733 registados no Censos de 2011. Ou seja, menos 38.421 habitantes em apenas três anos. Tendência que se mantém. Só no último ano em relação ao qual existem dados disponíveis, a taxa de crescimento efetivo anual foi -1,5% face ao ano anterior. Um valor superior ao declínio populacional de Portugal em 2014, que foi de -0,5%. E claramente negativo se comparado com a Área Metropolitana de Lisboa, que até ganhou 0,1% de população”*¹.

Na lista de espera anual para habitação a preços sociais estão milhares de pessoas. Muitas delas, apesar das pontuações elevadas de acordo com os critérios municipais, permanecem sem ter acesso a uma habitação social depois de muitos anos de espera.

A população tende a sobre amontoar-se: avós, pais, filhos e netos vão se apertando em habitações o que dá origem a situações de conflitualidade acrescida e falta de dignidade. Outros vivem em quartos de pensão degradadas e enfrentando o medo da rua. Outros ainda acabam por voltar a construir habitações com as suas próprias mãos, e assim, continuamos a ter *barracas* em Lisboa.

Por outro lado, despejos promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa têm vindo a acontecer sem que seja analisada devidamente a situação do agregado familiar. Dois casos recentes que acompanhámos na Alta de Lisboa mostraram bem que é possível os serviços da autarquia darem ordem de despejo a dois agregados com crianças menores (inclusive um bebé de um mês) que não tinham alternativas dignas. O que receberam foi a polícia, a intimidação desta e o desespero. Estas duas famílias tudo têm feito para encontrar uma solução, mas infelizmente os programas propostos pela CML não encaixam nas suas necessidades: apesar de rendimentos abaixo do salário mínimo, ou no nível do salário mínimo, das crianças e de uma das situações ser de monoparentalidade, não têm acesso a atribuição de habitação municipal, nem subsídio de arrendamento, nem a outra forma de apoio no acesso a uma habitação.

Muitas outras famílias em vários bairros de Lisboa estão em vias de serem despejadas pelos serviços municipais.

Esta petição vem pedir a suspensão de qualquer tipo de despejo efectuado pela autarquia sem que estejam garantidas alternativas dignas e adequadas aos agregados familiares, assim como apela ao desenvolvimento de novas soluções de habitação a preços sociais de forma a garantir o direito à habitação das pessoas de Lisboa onde sempre viveram e trabalharam, assim como atrair novos habitantes no sentido de não permitir o esvaziamento da cidade que, progressivamente, se entrega ao turismo e às camadas que podem pagar os preços da elevada especulação em curso.

João Rita Teles Pereira Almeida

C.C. 10778124

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

EN 144/S/G/DAOSM/GAAM/16

DATA 05/04/2016

1508

17:50